

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 160.332 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
RECTE.(S) : ELIANE ASSUNCAO DE SIQUEIRA
ADV.(A/S) : ELAINE CRISTINA DE SOUZA CAMPREGHER
RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Decisão: Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por Eliane Assunção de Siqueira, contra decisão monocrática de Ministro Relator do STJ, nos autos do HC 412.441/SP.

Colho o relatório da decisão impugnada:

“Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de ELIANE ASSUNÇÃO DE SIQUEIRA, no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Depreende-se dos autos que a paciente e outros réus associaram-se para o fim de praticar os crimes de receptação de medicamentos controlados, de falsificação, de corrupção, de adulteração e de alteração de produtos destinados a fins terapêuticos e medicinais, bem assim crimes contra a administração pública, dividindo previamente as tarefas entre si.

Além disso, no período compreendido entre os meses de setembro de 2011 e janeiro de 2012, a paciente, funcionária pública, e seu marido, ciente do cargo público ocupado por aquela, apropriaram-se de medicamentos controlados do Hospital Brigadeiro, entre eles o medicamento ZOLADEX, dos quais ela tinha posse em razão do cargo de farmacêutica.

Narrou o titular da ação penal pública, outrossim, que no período compreendido entre os meses de setembro de 2011 e janeiro de 2012, em diversas cidades do Estado de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro, todos os acusados "falsificaram, corromperam, adulteraram, alteraram produtos destinados a fins terapêuticos e medicinais, vendendo, expondo à venda, mantendo em depósito para vender, distribuindo e entregando a consumo, medicamentos corrompidos, adulterados, sem

registro, sem as características de identidade e qualidade admitidas para a sua comercialização, com redução de seu valor terapêutico ou de sua atividade, de procedência ignorada e provenientes de crime de roubo" (e-STJ fl. 173).

Superadas as demais fases processuais, ELIANE ASSUNÇÃO DE SIQUEIRA foi condenada, pela prática dos crimes descritos nos arts. 288, caput, e 273, §§ 1º e 1º-B, incisos I, III, IV e V, na forma do art. 69, todos do Código Penal, à pena de 14 (quatorze) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado, bem assim ao pagamento de 12 (doze) dias-multa.

Contra o édito condenatório insurgiu-se a defesa. Entretanto, em sessão de julgamento realizada em 13 de setembro de 2016, os desembargadores integrantes da Quarta Câmara de Direito Criminal, por unanimidade de votos, negaram provimento ao recurso.

No Superior Tribunal de Justiça, sustentam os impetrantes que as condutas delineadas na incoativa justificam a competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal, tendo em vista o desvio e comercialização de medicamentos oriundos de unidades hospitalares mantidas pelo Sistema Único de Saúde. Afirmam, outrossim, o interesse da União na apuração do delito, porquanto desviado medicamento de alto custo, financiado pela referida pessoa jurídica de direito público interno, conforme Nota Técnica n. 302/2013, expedida pelo Ministério da Saúde. Diante disso, pedem seja anulado o processo originário, determinando-se a remessa do feito à Justiça Federal.

Não houve pedido liminar.

Prestadas as informações (e-STJ fls. 404/570), foram os autos encaminhados ao Ministério Público Federal, que se manifestou pelo não conhecimento do presente remédio constitucional (e-STJ fls. 572/580).

É, em síntese, o relatório. " (eDOC 3, p. 251)

No STJ, o *habeas corpus* foi parcialmente conhecido e, nessa parte, a ordem foi denegada.

Nesta Corte, a recorrente sustenta a competência da Justiça Federal para o julgamento do feito, “*uma vez que afetaram interesse direto e imediato da União.*”

Aduz que “*os gastos empregados no âmbito do SUS estão sujeitos à fiscalização pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS - DENASUS, e a prestação de contas dos mesmos se faz perante o TCU, o que confirma, vez mais, a exclusiva competência da Justiça Federal, diversamente à mencionada competência concorrente.*”

A PGR opina pelo não conhecimento. (eDOC 6)

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, registro que o mérito da controvérsia não foi apreciado pelo colegiado do Superior Tribunal de Justiça, de modo que a apreciação por esta Corte resultaria em **supressão de instância**.

Segundo jurisprudência consolidada deste Tribunal, não tendo sido a questão objeto de exame definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça ou inexistindo prévia manifestação das demais instâncias inferiores, a apreciação do pedido da defesa implica supressão de instância, o que não é admitido. Nesse sentido: HC-AgR 131.320/PR, Rel. Min. Teori Zavascki, Segunda Turma, DJe 10.2.2016; HC 140.825/PR, Rel. Min. Luiz Fux, decisão monocrática, DJe 3.3.2017; e HC 139.829/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, decisão monocrática, DJe 8.3.2017.

Evidentemente, em obediência ao princípio da proteção judicial efetiva (art. 5º, inciso XXXV, CF), a aplicação desse entendimento jurisprudencial pode ser afastada na ocorrência de patente constrangimento ilegal ou abuso de poder, **o que não verifico no presente caso**.

É que o Ministro Relator do STJ, ao apreciar o *habeas corpus*, registrou:

“Durante as investigações, observou-se a existência de esquema criminoso, cujo funcionamento consistia na participação de funcionários públicos daqueles nosocômios,

entre eles a paciente, que, valendo-se de sua condição, atuava como captadora, subtraindo os medicamentos do Hospital Brigadeiro. A partir daí, os demais envolvidos repassavam os produtos aos atravessadores que, em seguida, revendiam os fármacos subtraídos a custo inferior ao de mercado. **Sendo assim, evidenciado o desvio de medicamentos de hospital estadual, bem assim a ofensa específica a interesses do Estado de São Paulo**, não vejo como acolher a tese sustentada pela defesa, pois ausente interesse direto e específico da União no processamento e julgamento do feito.

[...]

Avanço para esclarecer que a afirmação de interesse da União na apuração do delito, porquanto desviado medicamento de alto custo, financiado pela referida pessoa jurídica de direito público interno, conforme Nota Técnica n. 302/2013, expedida pelo Ministério da Saúde, **não pode ser conhecida por esta Casa, diante da falta de manifestação do Tribunal de origem sobre ela.** (eDOC 3, p. 253-256)

Da leitura do excerto acima, vê-se que foi agredido interesse do Estado de São Paulo, motivo por que competente é a Justiça Estadual.

Quanto à tese de interesse da União, em virtude do alto custo do medicamento desviado, verifico que não houve debate em qualquer das instâncias, o que veda a apreciação nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **não conheço do presente recurso.**

Publique-se.

Brasília, 17 de maio de 2019.

Ministro **Gilmar Mendes**

Relator

Documento assinado digitalmente